

NAMA 11 –Declaração dos sindicatos dos países do NAMA 11

Numa mostra histórica de unidade, organizações sindicais dos principais países em desenvolvimento se pronunciaram sobre o impacto das propostas que estão atualmente em discussão nas negociações pelo Acesso aos Mercados de Produtos Não Agrícolas (NAMA em inglês).

Sindicatos dos países do grupo NAMA 11 (Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Namíbia, Filipinas, África do Sul, Tunísia e Venezuela) chamaram aos ministros de comércio e negociadores do grupo NAMA 11 a não fazerem mais concessões na área do NAMA.

As negociações que prometeram beneficiar aos pobres do mundo e promover as necessidades e interesses dos trabalhadores em países em desenvolvimento estão agora se limitando a serem, como de costume, simples 'negócios' com graves implicações para o emprego nas áreas de manufatura e para o desenvolvimento industrial em muitos países em desenvolvimento.

A posição atual do NAMA 11, fixada em 29 de junho de 2006, declara que é necessária uma diferença de pelo menos 25 pontos entre o coeficiente para os países desenvolvidos e o coeficiente para países em desenvolvimento. A posição do NAMA 11 declara ainda que as flexibilidades, conforme estão formuladas no parágrafo 8, deveriam pelo menos estar no nível das que atualmente estão entre parêntesis (ou seja, 5% e 10% como estipulado no Pacote de Julho 2004).

Do ponto de vista dos sindicatos, a posição atual do NAMA 11 terá efeitos profundamente negativos e deve ser revisada.

Na posição do NAMA 11, se for aplicado um coeficiente 10 para países desenvolvidos, isso resultará num coeficiente 35 para países em desenvolvimento. Mas, um coeficiente 35 ainda teria sérias conseqüências para as taxas aplicadas em várias tarifas em muitos dos nossos países, especialmente nos setores de indústria de vestuário, têxteis, calçados, couro, plástico e borracha, móveis e automóveis. Nem o uso das flexibilidades do parágrafo 8 poderia evitar tais conseqüências.

As conseqüências serão duplas. De um lado, as reduções em tarifas além das taxas atualmente aplicadas terão um efeito devastador sobre o emprego em nossos países. Com taxas de desemprego já altas e o desafio do desemprego juvenil e falta de emprego decente como principais problemas, não podem ser tomadas outras medidas políticas que levem a perda de emprego.

Segundo, a base sobre a qual a fórmula e as flexibilidades são construídas impede que nossos países façam mudanças no futuro em resposta a necessidades políticas. A fórmula suíça reduz todas as linhas tarifárias por igual, sem flexibilidade e sem exceções (além das flexibilidades do parágrafo 8), e sem possibilidades de mudanças no futuro. As flexibilidades, que já são baixas, não podem ser alteradas no futuro em resposta a necessidades que possam aparecer, para proteger um ou outro setor. Em outras palavras, a atual estrutura industrial será capturada no acordo NAMA sem deixar possibilidades para mudanças futuras. Sendo que todos os países estão em diferentes etapas de desenvolvimento e que terão diferentes necessidades no futuro, uma fórmula igual para todos não pode cumprir as promessas de desenvolvimento e impedirá que as nossas economias se desenvolvam.

A fórmula suíça também reduz a escalada das tarifas, o que afetará negativamente as capacidades dos nossos países de proteger setores de trabalho intensivo.

Além disso, o princípio de 'menos reciprocidade que total' que é o centro das declarações do NAMA 11 na OMC, não será respeitado com a posição que o NAMA 11 tomou, ou seja, uma diferença nos coeficientes de 25 pontos. Ainda, essa diferença resultará em reduções de maiores porcentagens em países em desenvolvimento que em países desenvolvidos.

Portanto chamamos aos membros do NAMA 11 a:

- Garantir que os países desenvolvidos façam ofertas incondicionais de maior acesso aos mercados em Agricultura e que eles não vinculem essas ofertas com NAMA. Os benefícios do acesso aos mercados em agricultura provavelmente favoreceram a poucos países, e provavelmente beneficiarão à agricultura intensiva em capital. O desenvolvimento industrial e os empregos em manufatura em nossos países não deveriam ser entregues como barganha. Mesmo em países que se beneficiariam pelo acesso aos mercados em agricultura, a barganha entre o crescimento industrial futuro e a agricultura não é uma boa opção.
- Assegurar que os países em desenvolvimento possam aplicar uma redução tarifária que esteja em sintonia com seu nível de desenvolvimento e em conformidade com o 'princípio menos reciprocidade que total', que deveria ser substancialmente menor que as reduções implementadas pelos países desenvolvidos e as propostas de cortes tarifários que estão atualmente em discussão.
- Assegurar que as flexibilidades do 'parágrafo 8' para os países em desenvolvimento, como foram estabelecidas no Pacote de Julho de 2004, sejam substancialmente expandidas. As flexibilidades deveriam permitir *tanto* a exceção de linhas tarifárias e menores reduções em tarifas para algumas linhas tarifárias. Os países em desenvolvimento não deveriam ter que escolher entre essas duas opções. Ao mesmo tempo, essas porcentagens deveriam ser aumentadas para uma porcentagem consideravelmente maior que os níveis atuais que estão entre parêntesis, e o critério vinculado ao valor das importações deveria ser abandonado. Isso poderia ajudar os países em desenvolvimento a administrar a adaptação de setores sensíveis e evitar os problemas sociais causados pela perda de empregos e fechamento de empresas que resultariam da maior liberalização; essas flexibilidades deveriam também permitir que sejam feitas mudanças em outros momentos, em linhas tarifárias que serão selecionadas para serem cobertas pelo parágrafo 8, para responder às futuras necessidades de desenvolvimento industrial.
- Que se unifiquem para enfrentar a pressão dos países desenvolvidos
- Assegurar que a Rodada de Desenvolvimento de Doha beneficie aos países em desenvolvimento. Se forem aceitas algumas propostas das que estão em discussão, ou se forem flexibilizadas as posições atuais do grupo, esta rodada não cumprirá com seu objetivo de promover o desenvolvimento dos pobres do mundo. No melhor dos cenários, os condenará a empregos de baixo nível em agricultura e na indústria de extração de minerais

Assinam:

COSATU, África do Sul

CUT, Brasil

HMS, Índia
CGT Argentina
UGTT, Tunísia
Venezuela
KSBSI, Indonesia

TUCP, Filipinas
CTA Argentina
Egito
NUNW, Namibia
KSPI, Indonesia

